



DHT nos Espaços nasce da necessidade sentida pela equipe editorial desta revista de não apenas se fazer presente junto a coletivos e movimentos sociais, mas de expor essas experiências e os conhecimentos absorvidos em cada atividade, cada contato, cada mobilização, dentro e fora da Paraíba. A Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade tem o compromisso de agregar às lutas por Direitos Humanos para todos, todas e todes, em especial no combate às desigualdades de gênero, raça, sexualidade e classe. Assim, o corpo editorial da DHT tem prazer em apresentar este novo formato de produção textual em seus números, convidando todes es leitores a adentrar os espaços de luta e resistência conosco.

14 DE AGOSTO DE 2024 - LANÇAMENTO DO CADERNO DE CONFLITOS NO CAMPO BRASIL (2023) PELA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NA PARAÍBA (CPT-PB)

relatado por *Maria Stephanie Beserra Cardoso*
Componente da Comunicação Social da Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade.

Maykon Costa Serrão
Componente do Fluxo de Funcionamento da Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade.

Mariana Kimura da Costa
Componente do Fluxo de Funcionamento da Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade.

No Brasil, a luta por terra e território é marcada por uma longa história de desigualdades, violências e resistências. É nesse contexto que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) desempenha um papel crucial ao documentar e analisar os conflitos fundiários por meio do Caderno de Conflitos da Terra no Brasil, uma publicação anual que aborda as diversas violações de direitos humanos no campo ao longo dos anos. Assim, no dia 14 de agosto de 2024, tivemos a oportunidade de participar do

lançamento do Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) referente aos dados coletados no ano de 2023. O evento foi organizado pela CPT e pelo grupo de extensão Obuntu e foi realizado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com a participação de autoridades e diferentes camponeses que compõem os movimentos sociais da luta pela terra na Paraíba.



O evento destacou a gravidade das disputas territoriais e reforçou a urgência de ações concretas para enfrentá-las, especialmente na Paraíba. O Caderno de Conflitos é mais do que um simples levantamento de dados; é um meio de denúncia e reflexão crítica no contexto brasileiro. Ele reúne informações detalhadas sobre episódios de violência no campo, como assassinatos, despejos, ameaças e outras violações. Desse modo, o evento destacou os recordes históricos de conflitos fundiários no país. A publicação revela dados alarmantes, como o aumento das ameaças de despejo, a pistolagem e a violência contra mulheres no campo. Em 2023, foram registrados 2.203 conflitos, o maior número desde o início da série histórica, em 1985. As regiões Norte e Nordeste lideram em ocorrências, com destaque para a Paraíba, que contabilizou 30 conflitos envolvendo 1.525 pessoas.

Assim, foi enfatizado que a organização e disseminação dessas informações têm contribuído significativamente para pressionar o poder público e sensibilizar a sociedade sobre as violações vividas por comunidades camponesas, quilombolas e indígenas. Além de apresentar números impressionantes, a publicação contextualiza os dados por meio de análises qualitativas e estudos de caso que revelam a complexidade das disputas agrárias no Brasil. Os relatos dos camponeses em relação às suas territorialidades e os conflitos que as cercam foi um momento impactante que contextualiza o que estava escrito no caderno.



Um dos momentos mais especiais para nós, integrantes da DHT, foi a apresentação e organização da mística - que contou com músicas e gritos com palavras de ordem e de esperança, todo o evento foi tomado por profunda emoção, haja visto, o impacto físico e



emocional que os conflitos deixam naqueles que de alguma maneira são afetados. Rememorar aqueles que fizeram das suas vidas a luta pelo acesso à terra e água é uma maneira de lembrar os ancestrais e também de fortalecimento para enfrentar os novos desafios que se renovam a cada investida do Capital.

Portanto, ocupar esse espaço enquanto revista científica reforça o sentido transdisciplinar proposto pela

revista, de trazer diferentes fontes e formas de saberes, sempre dialogando com os movimentos sociais.

Margarida Maria Alves, presente! Almir Muniz, presente! Manoel Luiz, presente!

19 DE SETEMBRO DE 2024 - AULA PÚBLICA SOBRE JUSTIÇA REPRODUTIVA: ENTRELAÇADA COM EDUCAÇÃO, SAÚDE E DIREITOS HUMANOS

relatado por *Jessica Thays de Almeida Claudino*
Componente do Fluxo de Funcionamento da Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade.

No dia 19 de setembro, a Revista DHT participou da “Aula Pública sobre Justiça Reprodutiva: entrelaçada com educação, saúde e direitos humanos”. O evento ocorreu no Auditório do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para discutir essa temática extremamente relevante e cara para a sociedade, sobretudo em momentos nos quais direitos essenciais, como o direito ao aborto legal, são alvos de ataques por meio da PEC (Projeto de Emenda à Constituição) nº 164/2012, conhecida

como a “PEC do Estuprador”, por exemplo. A mesa de debate foi composta por¹:

1. Jamile Godoy: mulher negra, feminista e antirracista. Educadora Social. Ativista de Católicas pelo Direito de Decidir e do Movimento de Mulheres Negras na Paraíba e FPBPLA.
2. Lama - Alice Cavalcante: Travesti preta. Escritora. Graduanda em Serviço Social. Slammer e Performer. Compõe



o projeto de extensão Cine Trava.

3. Rayane Noronha: Mulher cis sapatona negra. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da UFPB.
4. Waglancia Mendonça: Enfermeira obstetra. Doutora em Saúde Pública. Docente no curso de Enfermagem na UFPB. Coordenadora do projeto “Diu na Atenção Básica”.
5. Janine Oliveira: Mulher negra e bissexual. Pesquisadora e ativista LGBTQIAPN+ e da Justiça Reprodutiva. Integrante da FPBPLA, do Coletivo BIL e da Frente Bissexual Brasileira.

A justiça reprodutiva é um conceito amplo e interseccional que busca discutir a igualdade de acessos de mulheres, meninas e pessoas que gestam aos direitos necessários para uma vida plena e digna, os quais perpassam direitos reprodutivos, direito à educação, direito à moradia e à alimentação.

Em um primeiro momento, a discussão trouxe à baila o transfeminismo, sobretudo fazendo referência ao livro “Transfeminismo”

de Leticia Nascimento para discutir gênero, especialmente, a categoria de mulheridades, isto é, as formas plurais de performar o “ser mulher”, a fim de superar a ideia universal e única de ser mulher.

Destacando a cisgeneridade como marcador da diferença entre homens e mulheres fundada unicamente no aspecto biológico, tornando assim os corpos ahistóricos. No entanto, sabe-se que o gênero se faz e se refaz na história, razão pela qual é necessário a compreensão dos processos históricos que operam na construção do gênero, da raça e da classe na história. Com efeito, recomendou-se a leitura do livro “Calibã e a bruxa” de Silva Federici para compreender a expropriação primitiva do capital e regulação dos corpos, dado que o capitalismo é um fator essencial para compreender a construção de tais categorias, com o fito de sustentar as necessidade do novo sistema de organização.

Por sua vez, em diálogo mais específico acerca da temática da aula, fomos, enquanto plateia, questionados acerca do modo de como a justiça reprodutiva é pensada, como os corpos de homens trans são tratados no



sistema, uma vez que a vivência é complexificada nas relações sociais, nas quais há possibilidade de ser opressor e oprimido simultaneamente.

Ademais, pensando em direitos reprodutivos, a discussão em torno da legalização e descriminalização do aborto não é suficiente, é necessário pensar em formas de garantir também a igualdade de acesso, pois as vivências são plurais e a igualdade formal não é suficiente. Daí a necessidade de compreender as diversas relações que operam em determinados corpos de forma recíproca, a fim de permitir o acesso efetivo aos diversos direitos.

Não obstante, é primordial que a justiça reprodutiva não seja resumida ao nascer, pois essa é apenas uma faceta. O direito à maternagem e a uma vida plena e digna são questões essenciais, visto que no sul global a questão é: “vamos ter um filho para o Estado assassinar?” ou “dividir a pobreza com mais uma pessoa?”. Assim como, é necessário pensar a justiça reprodutiva para pessoas que não querem reproduzir, uma vez que há uma cobrança compulsória, quase que natural, para a reprodução, desconsiderando assim o direito de decidir sobre os próprios corpos.

¹As descrições pessoais das convidadas foram extraídas da publicação de divulgação do evento, publicada no dia 18 de setembro de 2024, no perfil do *Instagram* do Movimento Frente Paraibana pela Legalização do Aborto (@frenteparaibana).

17 DE OUTUBRO DE 2024 - “COTAS TRANS JÁ!”: ATO NA REITORIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA PARA VOTAÇÃO DAS COTAS TRANS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

relatado por *Victor de Oliveira Martins*
Editora Chefe da Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade.

No dia 17 de outubro de 2024, ocorreu o ato em favor da votação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade de Brasília UnB a respeito da

implementação de cotas para pessoas trans nos cursos de graduação da respectiva universidade. O ato ocorreu no espaço da reitoria, tendo sido mobilizado centralmente pelo Diretório



Central de Estudantes (DCE) da UnB e com apoio de diversos movimentos estudantis, organizações de direitos humanos e ativistas por direitos trans/travestis, reunindo estudantes, docentes, parlamentares e outros setores de dentro e fora da universidade.¹



No mesmo dia (17/10/2024), por meio de resolução aprovada por unanimidade pela CEPE, foi garantida a reserva de 2% das vagas para pessoas trans em todas as modalidades de ingresso primário na graduação. A ação visa abarcar as identidades trans no geral, tais como

travestilidades, transmasculinidades, transfeminilidades, não-bináridades, entre outras. Entretanto, esta não foi a primeira política universitária que reconheceu direitos específicos para pessoas trans/travestis, afinal de contas, a UnB garante desde 2017 o uso do nome social às pessoas trans e travestis e, desde 2021, há a reserva de 2% das vagas de estágio para esta comunidade. Em relação à reserva de vagas para pessoas trans nos cursos de pós-graduação da referida universidade, ainda que não haja uma resolução que formalize isto de maneira abrangente, alguns Programas de Pós-Graduação (PPG) já vêm utilizando desse tipo específico de cota em seus editais de seleção, tais como nas faculdades de Direito (FD), de Comunicação (FAC), de Economia, Administração e Gestão Pública (FACE), assim como nos institutos de Artes (IdA) e de Psicologia (IP)².

Qual a importância das políticas de ingresso e permanência de pessoas trans e travestis no âmbito universitário? Enquanto uma pessoa não-binária em contexto universitário

¹Fonte: Lara Miller. 17 de outubro de 2024.

²Disponível em: <https://noticias.unb.br/ensino/7618-unb->

aprova-cotas-para-pessoas-trans. Acesso em: 08 dez. 2024.



há pelo menos 6 anos (graduação na Universidade Federal da Paraíba e início de mestrado na UnB), me parece difícil pensar em como esse debate pode se assemelhar, com as devidas diferenças, com o processo de implementação das cotas raciais nas universidades, a partir de pelo menos dois eixos: 1) diluição dos processos discriminatórios que fragilizam o acesso dessas pessoas à educação superior; e 2) diversificação dos corpos e das subjetividades que compõem o âmbito universitário.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em seus dossiês anualmente atualizados, demonstra que a expectativa de vida de pessoas trans e travestis do Brasil é, quando comparada com pessoas cis, muito reduzida (35 anos de acordo com o último dossiê lançado, referente ao ano de 2023)³. Isso porque a violência contra pessoas trans e travestis no Brasil atinge todos os setores e instituições sociais, desde a família, até a escola, o mercado de trabalho, os tempos religiosos, enfim, precarizando suas vidas e reduzindo

drasticamente as possibilidades de (sobre)vivência. Garantir que estes(as) sujeitos(as) ocupem espaços de ensino superior pode, primeiramente, combater o estigma e a condição de que pessoas trans e travestis devem estar apenas em espaços de prostituição, de pornografia e de criminalidade, ao passo em que, secundamente, possibilita uma ascensão social e econômica através da graduação e da pós-graduação.

Assim como as pessoas negras, indígenas, quilombolas, entre outros corpos e outras identidades que disputam a academia através das políticas afirmativas, as pessoas trans reivindicam a produção do conhecimento científico que historicamente é controlado pelos “saberes localizados” (Haraway, 1995) de homens brancos, heterossexuais e cisgêneros. Mais do que ocupar a universidade, há uma urgência pelo transicionamento da cultura acadêmica colonial que homogeniza saberes e que subalterniza corpos considerados fora do padrão universal. Como mencionou a professora Letícia

³Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2024.



Nascimento no seu livro “Transfeminismo”: “Os corpos trans são revolucionários quer performando identidades normativas em diálogo com o gênero binário cisgênero, quer performando subversões normativas.” (Nascimento, p. 154/155). E isso só pode ser feito a partir da luta coletiva!

Ainda que a resolução aprovada na UnB tenha sido uma conquista histórica, contando também com outras universidades que já adotam cotas trans, como a Universidade Federal do ABC (UFABC), a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁴, esta está longe de ser a realidade na maioria das universidades públicas e privadas no

Brasil. Os passos lentos que representam a promoção e a garantia de direitos para a população trans e travesti espelha a forte presença da transfobia nos nossos espaços institucionais. Há, ainda, muita resistência conservadora que limita o avanço e pleiteia o retrocesso das pautas em torno de políticas trans/travestis. Entretanto, como profetiza Jota Mombaça:

"E nada disso é fácil, nada disso é sem dor e desconforto. Ao tatear a possibilidade de uma coletividade forjada no movimento improvável de um estilhaçamento, vai ser sempre necessário abrir espaço para os fluxos de sangue, para as ondas de calor e para a pulsação da ferida. Politizar a ferida, afinal, é um modo de estar juntas na quebra e de encontrar, entre os cacos de uma vidraça estilhaçada, um liame impossível, o indício de uma coletividade áspera e improvável. Tem a ver com habitar espaços irrespiráveis, avançar sobre caminhos instáveis e estar a sós com o desconforto de existir em bando, o desconforto de, uma vez juntas, tocarmos a quebra uma das outras". (Mombaça, 2021, p. 26).

11 DE NOVEMBRO DE 2024 - MESA REDONDA DIÁLOGO SOBRE MULHERES E O DIREITO À CIDADE

relatado por *Gabriela Novaes Santos*
Editora Adjunta da Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade.

⁴Disponível
<https://g1.globo.com/df/distrito->

em: [federal/noticia/2024/10/18/universidade-de-brasilia-aprova-cotas-para-pessoas-trans.ghtml](https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2024/10/18/universidade-de-brasilia-aprova-cotas-para-pessoas-trans.ghtml). Acesso em: 08 dez. 2024.



Comunidade de Dubai, Porto do Capim e Santa Felicidade — no dia 11 de novembro, essas distintas territorialidades foram abordadas pela perspectiva de pesquisadoras, na UFPB, para pensar como a vida das mulheres que habitam e organizam essas comunidades são impactadas pelas políticas urbanas e/ou suas ausências. A “Mesa Redonda — Diálogos sobre mulheres e o direito à cidade”, foi uma atividade realizada pelo Projeto de pesquisa “Vida de Mulheres nas Ocupações Urbanas Santa Felicidade em Dourados/MS, Dubai e Comunidade do Porto do Capim em João Pessoa/PB”.



Ao adentrar a sala de reuniões do CCHLA/UFPB, em João Pessoa-PB, percebo a presença de apenas mulheres sentadas ao redor da mesa oval para a discussão. A mesa foi composta por duas das coordenadoras do Projeto, a Alzira Salete Menegat (UFGD) e a Patrícia Ramiro (PPGS/UFPB); pela graduanda que faz

parte do projeto, Vitória Hauana (Ciências Sociais/UFPB) e pela mestrande e uma das lideranças da Comunidade do Porto do Capim-PB, Rossana Marlene de Holanda Silva (PPGA/UFPB).

Com a mediação da professora Patrícia, a professora Alzira deu início à mesa apresentando o Projeto enquanto transdisciplinar. Com uma equipe formada pelo PPGS, PPGH da UFGD e pelo PPGS da UFPB, é reforçada a importância da *pesquisa-ação*: uma maneira de não “levantar dados” que construirão um mundo teórico, mas de buscar ações concretas e que a pesquisa se traduza nas comunidades. Brevemente, a professora ainda nos apresentou algumas das ações desenvolvidas em conjunto com as mulheres Ocupação Santa Felicidade-MS, existente há pouco mais de 10 anos e em batalha pela titularidade, ainda mais dificultada pelo poder público pela proximidade da comunidade com uma Área de Proteção Ambiental (APA).



Vitória nos apresentou a sua pesquisa em andamento, sobre a Comunidade de Dubai, desocupada em plena pandemia da COVID-19, em 23 de novembro de 2021, em uma abordagem seguida de destruição ilegal⁵ e extremamente violenta, em João Pessoa-PB. O despejo contou com uma ação policial de mais de 600 agentes, com ausência de aviso prévio à comunidade e à Defensoria Pública. Segundo dados da prefeitura, feitos após o despejo e como resultado da repercussão negativa do caso na capital paraibana, as mulheres chefes das famílias da Comunidade chegaram a representar 62,09% do total. Vitória nos atenta para o fato de que, ao consultar os dados apresentados pela prefeitura, é preciso ser levado em conta que a Comunidade foi separada e realocada provisoriamente em escolas de diferentes bairros da

cidade. Mesmo levando isso em conta, é gritante a quantidade de mulheres que foram expulsas de casas com truculência e sem reparação total de suas perdas territoriais e materiais, além da falta de suporte à saúde e à educação por parte do município.

“Mulher preta, ribeirinha, graduada em Serviço Social, mestranda em antropologia” — essa foi a apresentação de Rossana, uma das lideranças da Comunidade do Porto do Capim. De início, Rossana nos apresentou a sua trajetória ativista na Comunidade junto a outras pessoas. A sua perspectiva, diferente das outras pesquisadoras, é de experiência própria com as violências do poder público municipal: *“Costumam dizer que somos uma comunidade difícil, resistente. O que é ser resistente para a prefeitura? Dizer ‘não’ para um projeto que não é inclusivo?”*. Após compartilhar diversas violências sofridas através dos projetos de desocupação para a realização do que a prefeitura chama de “revitalização” do território, as mulheres da comunidade têm dado lugar às *reexistências*: “O

⁵Durante a pandemia de COVID-19 no Brasil, a Lei 14.216, de 2021, suspendia a desocupação ou despejo de imóveis devido à

emergência de saúde até o fim do mesmo ano em que foi promulgada. Fonte: Agência do Senado.



Centro Histórico não precisa de revitalização porque ele já tem vida”.

Em 2014, elas organizaram-se em uma Associação de Mulheres, repensando novas formas de coletivização do trabalho e dos recursos na Comunidade. Rossana também nos apontou o acontecimento histórico da Comunidade receber do governo federal, através do Novo PAC, um investimento para lidar com problemas territoriais: *“A chave muda quando percebemos que a prefeitura é proponente, não protagonista”.*

No momento aberto para perguntas, falei à Rossana que, em algum

momento do período pandêmico, havia visto uma *live* com a sua participação e da sua irmã e repeti a sua fala: *“As pessoas romantizam a resistência. Nós estamos cansadas de sermos resistência”.* Carrego essa frase para me lembrar que, enquanto consigo ler, escrever e/ou pesquisar essas mulheres, que em nenhum momento manchetes cotidianas, consigam naturalizar as violências que sofrem nas relações e na organização social urbana. As exposições, brevemente trazidas aqui, mesclam situações de expropriações, desocupações violentas do território-casa e do território-corpo, de hoje e futuros.